

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 05 DE ANTONIO PALOCCI FILHO

Em 13 de abril de 2018, nesta SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PARANÁ, em Curitiba/PR, perante FILIPE HILLE PACE, Delegado de Polícia Federal, 2ª Classe, matrícula nº 19.291, comigo, LEONARDO CARBONERA, Escrivão de Polícia Federal, ao final assinado e declarado, ANTONIO PALOCCI FILHO, atualmente recolhido à custódia da Superintendência Regional da Polícia Federal no Paraná, na presença de seus advogados TRACY JOSEPH REINALDET DOS SANTOS, inscrito na OAB/PR sob nº 56.300, ADRIANO SÉRGIO NUNES BRETAS, inscrito na OAB/PR sob nº 38.524, ANDRE LUIS PONTAROLLI, inscrito na OAB/PR sob n° 38.487 e MATTEUS BERESA DE PAULO MACEDO, inscrito na OAB/PR sob nº 83.616, compareceu, voluntariamente, com intuito de colaborar, nos termos da Lei nº 12.850/2013, com investigações desenvolvidas no bojo da assim denominada OPERAÇÃO LAVAJATO, e afirmou: QUE renuncia, na presença de seus defensores, ao direito ao silêncio, firmando o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do § 14° do artigo 4° da Lei nº 12.850/2013; QUE o COLABORADOR e seus defensores autorizam expressamente e estão cientes do registro audiovisual do presente ato de colaboração em mídia digital (HD Seagate 2 Terabytes, Serial Number NA8CMLAA), além do registro escrito (duas vias do termo assinadas em papel), nos termos do § 13º do artigo 4º da Lei nº 12.850/2013, os quais serão, ao final do ato, devidamente assinados e custodiados pelos representantes da POLÍCIA FEDERAL ora presentes, os quais ficarão responsáveis pela guarda, custódia e preservação do sigilo das informações e, ulteriormente, apresentação ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região; QUE, em relação aos fatos tratados no ANEXO 05 (USINA HIDRÉLETRICA DE BELO MONTE), o COLABORADOR irá detalhar sua participação e demais fatos dos quais que teve conhecimento acerca de ilicitudes envolvendo o processo de licitação e construção da USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE; QUE um mês antes do processo de

MA LU



licitação da USINA DE BELO MONTE, OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO procura o COLABORADOR, solicitando a ajuda para que a obra fosse realizada pela ANDRADE GUTIERREZ; QUE a reunião ocorreu possivelmente um mês antes da licitação, no ano de 2010, em um apartamento duplex alugado pelo COLABORADOR na Asa Norte em Brasília/DF, local em que exercia o cargo de Deputado Federal; QUE, à época, o COLABORADOR também era o coordenador da campanha eleitoral de DILMA ROUSSEFF à Presidência da República; QUE no encontro OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO, dentre os temas tratados, informa ao COLABORADOR que havia interesse da ANDRADE GUTIERREZ, mediante consórcio que integrava, em vencer o processo de licitação da concessão da USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE; QUE, especificamente a respeito das pretensões de OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO quanto ao leilão de USINA DE BELO MONTE, o COLABORADOR recorda-se que o empresário havia afirmado que por conta de esquema de cartel envolvendo as grandes empreiteiras nacionais, aquela obra deveria ser concedida a consórcio que seria liderado pela ANDRADE GUTIERREZ, motivo pelo qual, num primeiro momento, a ODEBRECHT e a CAMARGO CORREA tinham se retirado da liderança do processo; QUE acreditou que isso se dava provavelmente porque ODEBRECHT e CAMARGO CORREA já executavam grandes obras da área de energia no Rio Madeira; QUE haveria dois momentos no processo de contratação: o leilão da concessão da obra e a etapa de construção da usina; QUE OTÁVIO explicava que entendia que o Governo Federal estava tentando diminuir o preço para execução do projeto; QUE a ANDRADE GUTIERREZ gostaria que o preço alcançasse cerca de vinte e cinco bilhões de reais; QUE o Governo Federal projetava algo em torno de quinze a dezoito bilhões de reais; QUE OTÁVIO manifestava preocupação com o fato de que o Governo Federal estaria formando um consórcio próprio com diversas empresas de menor porte do que a ANDRADE GUTIERREZ e que o preço oferecido por eles seria inferior ao do consórcio liderado pela ANDRADE; QUE o Governo, segundo OTÁVIO, tinha solicitado a ANTONIO DELFIM NETO e JOSE CARLOS BUMLAI que articulassem a formação de um consórcio concorrente; QUE dentre as empresas do consórcio concorrente estavam

-

My Lu



OAS. QUEIROZ GALVÃO e GALVÃO ENGENHARIA, por exemplo; QUE, segundo OTAVIO, essas empresas estavam reticentes em participar; QUE dentre as empresas do consórcio concorrente se lembra de empresas de menor porte, como o GRUPO BERTIN, J. MALUCELLI, SERVENG, dentre outras; QUE OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO alertava ao COLABORADOR que o consórcio concorrente não tinha robustez suficiente para executar uma obra daguela magnitude; QUE, segundo OTÁVIO, isso visava fazer a ANDRADE baixar o seu preço e praticar posteriormente o preço que o Governo queria; QUE OTÁVIO buscou apelar ao COLABORADOR para que ele interviesse junto ao Governo a fim de que o consórcio liderado pela ANDRADE viesse a ser o vencedor do leilão, fazendo com que se abandonasse a ideia de um consórcio concorrente; QUE o COLABORADOR disse a OTÁVIO que não estava devidamente informado do assunto, mas que julgava difícil rever a posição do Governo; QUE diante das informações repassadas por OTÁVIO, o COLABORADOR efetivamente buscou confirmá-las, tendo feito isso junto a ERENICE GUERRA, então Ministra Chefe da Casa Civil; QUE o encontro com ERENICE ocorreu na Casa Civil, à época localizada no Centro Cultural na sede do Banco do Brasil em Brasília, uma vez que o Palácio do Planalto encontrava-se em reforma; QUE ERENICE confirmou basicamente todas as palavras de OTÁVIO AZEVEDO, obviamente que na visão que o Governo tinha da conjuntura; QUE o Governo sabia da cartelização das empresas privadas e que a ANDRADE GUTIERREZ era a líder do consórcio que venceria a licitação; QUE o Governo Federal não estava gostando daquelas pretensões da ANDRADE; QUE, com apoio de BUMLAI e DELFIM NETO, o Governo estava constituindo consórcio alternativo para forçar a queda dos preços; QUE, segundo ERENICE relatou, havia a ciência de que o consórcio formado pelo Governo Federal não tinha capacidade para executar a obra; QUE ERENICE solicitou ao COLABORADOR que informasse a OTAVIO que caso a ANDRADE GUTIERREZ perdesse, depois as coisas se arrumariam; QUE o Governo não desejava aceitar o preço imposto pelas grandes empresas, uma vez que orçavam algo em torno de 25 a 27 bilhões; QUE indagado se ERENICE GUERRA sabia dos compromissos político-financeiros prometidos pelo ANDRADE, respondeu que sim, que o próprio

1

AP 3



COLABORADOR afirma que repetiu para a então Ministra a existência dos acertos de propina envolvendo a obra; QUE, inclusive, na reunião com OTÁVIO, recorda-se que ele asseverou que por conta daquele contrato da USINA DE BELO MONTE, havia compromisso de pagamento de 1% referente aos valores que seriam recebidos por sua execução ao PARTIDO DOS TRABALHADORES e ao PMDB; QUE OTÁVIO confirmou COLABORADOR aquele compromisso; QUE posteriormente junto com COLABORADOR veio a saber que tal orientação era seguida a partir de acordo que havia sido estabelecido com RICARDO BERZOINI e o próprio OTÁVIO; QUE, embora comunicando a ERENICE GUERRA a existência de grande doação ao PT por parte da ANDRADE GUTIERREZ, em virtude da obra, que ainda seria mantido o consórcio alternativo e que, no futuro, poderiam se discutir os envolvidos na construção da obra; QUE nenhuma porta do Governo, narrou ERENICE, seria fechada; QUE confirmou posteriormente junto a OTAVIO que o Governo efetivamente não desistiria do consórcio alternativo e de suas intenções, discurso que não agradou ao presidente da ANDRADE GUTIERREZ; QUE o consórcio formatado por JOSÉ CARLOS BUMLAI e ANTONIO DELFIM NETO sagrou-se vencedor do leilão da USINA DE BELO MONTE; QUE volta o COLABORADOR a ser procurado por OTÁVIO AZEVEDO; QUE OTÁVIO atualizou o COLABORADOR do andamento do certame e suas implicações; QUE comentou que as grandes empresas do consórcio alternativos seguer estiveram presentes na licitação, julgando que estavam mais fora do que dentro do projeto; QUE, no mesmo período, o COLABORADOR esclarece que recebeu visitas de outras grandes empreiteiros, podendo citar LÉO PINHEIRO, da OAS, ILDEFONSO COLARES e diretores da GALVÃO ENGENHARIA, que buscavam confirmar todas as histórias envolvendo o leilão da USINA DE BELO MONTE; QUE o COLABORADOR confirmava a história, fazendo as ressalvas próprias; QUE não deu nenhuma sugestão aos representantes das empresas; QUE OTÁVIO informava que iria disputar o contrato de construção de obra; QUE, mais uma vez, OTÁVIO ofereceu ao COLABORADOR a realização dos pagamentos de vantagens ao PT na ordem de 1% do contrato que a ANDRADE desejava executar; QUE o COLABORADOR manifestava a OTÁVIO que não desejava receber os recursos

8

De La



exclusivos e vinculado a BELO MONTE, uma vez que ainda não haveria garantia de que a ANDRADE efetivamente seria destinatária do contrato para sua construção; QUE, no entanto, entendia que a ANDRADE desejava, com o pagamento, ter alguma espécie de garantia junto ao Governo de que seria a executora da construção da USINA DE BELO MONTE; QUE havia bastante insistência de OTÁVIO para a realização dos pagamentos; QUE o COLABORADOR, ao mesmo tempo, vinha sofrendo pressões do PMDB por recursos, uma vez que seus representantes identificavam os movimentos relativos à execução da obra de BELO MONTE; QUE isso se dava porque o Ministério de Minas e Energia era da alçada do PMDB; QUE agentes do PMDB procuraram diretamente o COLABORADOR buscando apoio para que também ganhassem percentual da obra para emprego na campanha eleitoral de 2010; QUE se tratavam de agentes políticos do PMDB; QUE o COLABORADOR e seus defensores têm ciência que existe investigação formal em trâmite perante o Supremo Tribunal Federal acerca dos crimes praticados por tais agentes políticos do PMDB, os quais receberam vantagens indevidas a partir de autorização dada pelo COLABORADOR; QUE o COLABORADOR e seus defensores manifestam-se, no presente ato, no sentido de que estão dispostos também a colaborar com referida investigação, respeitando-se, no que for possível, os termos do acordo aqui celebrado; QUE o COLABORADOR recebia cobranças específicas por pagamentos de vantagens atreladas à obra da USINA DE BELO MONTE por parte do PMDB, por meio de seus representantes; QUE o PMDB era importante e principal aliado do PT na campanha eleitoral de 2010, inclusive compondo a chapa; QUE os recursos demandados pelo PMDB não se destinavam somente à campanha nacional, mas também as campanhas estaduais; QUE o COLABORADOR decidiu dividir os recursos de propinas devidos entre o PT e PMDB relativas a USINA DE BELO MONTE, decisão que foi aceita por OTÁVIO, solicitando o COLABORADOR que se iniciassem imediatamente os pagamentos aos líderes do PMDB; QUE o PT não necessitava de novos recursos vinculados a USINA DE BELO MONTE, mas o COLABORADOR vinha sofrendo pressões do PMDB por recursos, aliado eleitoral na campanha de 2010; QUE, diante daquilo, e considerando que a ANDRADE GUTIERREZ desejava pagar vantagens para

9

AP 5



conseguir executar a obra de BELO MONTE, o COLABORADOR decidiu dividir os recursos de propina entre os dois partidos; QUE OTÁVIO deveria tratar daquilo com o tesoureiro do PT; QUE gostaria de esclarecer que ao autorizar pagamentos de vantagens indevidas ao PMDB e a seus agentes o COLABORADOR estava garantindo o apoio daquele partido nas eleições de 2010, bem como para o governo que seria formado caso eleito: QUE a ausência de pagamentos específicos por BELO MONTE não significava que a ANDRADE GUTIERREZ não estivesse efetuando vultosos pagamentos em benefício do PT; QUE não desejava receber pagamentos de USINA DE BELO MONTE porque, na realidade, a ANDRADE ainda não estava contratada para sua construção; QUE expôs que pagar o PMDB significava ajudar o PT; QUE JOÃO VACCARI também concordou que os pagamentos vinculado a UHE BELO MONTE, naquele momento, fossem feitos ao PMDB, preservando-se a pendência quanto à parte do PT; QUE o PMDB também concordou com a divisão da propina; QUE, em várias ocasiões, recebeu confirmações do PMDB de que o compromisso de propina estava sendo quitado; QUE inclusive recebeu reclamações; QUE o apoio da ANDRADE GUTIERREZ ao PMDB foi essencial para o êxito da campanha do PT; QUE afirma que deu ciência a DILMA ROUSSEF dos vultosos pagamentos que a ANDRADE GUTIERREZ estava fazendo ao PMDB em razão da obra da UHE BELO MONTE; QUE a então candidata tomou ciência e efetivamente autorizou que se continuasse a agir daquela forma; QUE, em relação aos pagamentos ao PARTIDO DOS TRABALHADORES, esclarece que a ANDRADE GUTIERREZ, na pessoa de OTÁVIO DE AZEVEDO, continuava a manifestar explicitamente ao COLABORADOR a vontade de colaborar financeiramente com sua agremiação política; QUE, em razão disso, em encontro que teve com DILMA ROUSSEFF posteriormente, o COLABORADOR a indagou se havia necessidade de autorizar que a ANDRADE GUTIERREZ fizesse pagamentos específicos e atrelados a sua participação na USINA DE BELO MONTE; QUE o encontro ocorreu no início de 2011 no Palácio do Planalto; QUE, segundo o COLABORADOR, DILMA ROUSSEFF não autorizou os pagamentos pela ANDRADE GUTIERREZ; QUE o COLABORADOR esclarece, no entanto, que DILMA ROUSSEFF tinha ciência de que pagamentos eram

\$

e pagamentos eram



feitos ao PMDB em razão da execução da obra de BELO MONTE; QUE, em futuros diálogos com OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO, o COLABORADOR asseverou que não havia autorização do PARTIDO DOS TRABALHADORES para pagamentos específicos relacionados à obra executada pelo consórcio liderado pela ANDRADE GUTIERREZ: QUE as ofertas de OTÁVIO, na visão do COLABORADOR, significavam ainda desejo de buscar melhores preços para a execução da obra da UHE BELO MONTE; QUE OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO, diante das informações de que não se havia autorização para pagamentos específicos do consórcio que liderava ao PT, insistia que gostaria de remunerar a agremiação política pela execução daquela obra; QUE a ANDRADE GUTIERREZ, com pagamentos, gostaria de ter uma garantia junto ao PT para a execução do contrato de construção da UHE BELO MONTE; QUE, em razão disso, o COLABORADOR sugeriu que se destinassem recursos a LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, indicando que ele poderia ser beneficiado por futuras doações ao INSTITUTO LULA e pagamentos de palestras; QUE OTAVIO indagou se poderia arcar com custos do VOX POPULI em pesquisas de interesse de LULA, tendo o COLABORADOR respondido que sim; QUE a ANDRADE GUTIERREZ efetivamente havia realizado diversos pagamentos ao VOX POPULI no interesse do PT durante a campanha de 2010; QUE, naquele período, encerram-se as tratativas com OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO acerca das consequências da contratação do consórcio liderado pela ANDRADE GUTIERREZ para construção da USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE; QUE, em 2012, ocorrem novos desdobramentos dessa contratação; QUE recebeu visita de JOÃO VACCARI NETO no período de eleições municipais, uma vez que ele desejava saber se havia autorização para se cobrar das empresas do consórcio construtor da USINA DE BELO MONTE valores a serem empregados na campanha de FERNANDO HADDAD, principal projeto municipal do PT, e um pedido de apoio que originava do próprio LULA; QUE VACCARI procurou o COLABORADOR desejando saber se havia alguma briga com a ANDRADE GUTIERREZ, tentando descobrir por qual motivo o PT não havia recolhido valores referentes a BELO MONTE; QUE o COLABORADOR esclareceu que não havia desavenças, até porque coordenou com a ANDRADE

-

P LC



GUTIERREZ diversos pagamentos ao PT; QUE informou que não entendia necessário cobrar da ANDRADE antes mesmo dela ter sido contratada para a obra; QUE também lembrou a VACCARI que houve quitação de compromissos pela obra com o PMDB; QUE, em resumo, VACCARI queria confirmar como COLABORADOR que ele não havia recebido valores da ANDRADE relativos a UHE BELO MONTE; QUE o COLABORADOR confirmou; QUE o COLABORADOR informou a VACCARI que não havia autorização para aquela cobrança específica e que esse posicionamento partira de DILMA ROUSSEFF, assim, não poderia ajudar VACCARI naquele momento; QUE, dias depois do encontro com VACCARI, o COLABORADOR recebe chamado de LULA para reunião ocorrida no INSTITUTO LULA; QUE, no encontro, fazia-se também presente JOSE CARLOS BUMLAI; QUE LULA demonstrava irritação com a posição de DILMA ROUSSEF de não se cobrar valores ao PT pela UHE BELO MONTE; QUE LULA desejava explicações; QUE LULA manifestou ao COLABORADOR desejo de que ele ajudasse JOÃO VACCARI NETO; QUE LULA explica ao COLABORADOR que havia necessidade de se remunerar as pessoas que ajudaram na formação do consórcio vencedor de BELO MONTE, ou seja, ANTONIO DELFIM NETO e o próprio BUMLAI; QUE LULA informou que a formação do consórcio alternativo partira de ordem dele próprio; QUE LULA insistia que deveriam ser pagos em virtude da atuação de DELFIM NETO e BUMLAI na formação do consórcio vencedor; QUE LULA informou que BUMLAI e DELFIM NETO deveriam receber trinta milhões pela formação do consórcio alternativo e que ainda não tinham sido pagos; QUE LULA não informou qual era a parte que seria cabida a cada um, mas na visão do COLABORADOR, a presença de BUMLAI significava que havia interesses também de LULA no recebimento dos valores; QUE não se chegou a definição sobre as pendências na reunião; QUE, posteriormente, o COLABORADOR recebe nova visita de JOÃO VACCARI NETO, na sede de sua empresa de consultoria, o qual lhe relatou que havia recebido a informação de LULA que DILMA ROUSSEFF, havia autorizado que se cobrasse das empresas do consórcio construtor de BELO MONTE percentual pelos valores recebidos em razão da execução da obra; QUE VACCARI informou que desejava apoio do COLABORADOR junto a OTÁVIO; QUE o

-

R R Le



COLABORADOR informou que VACCARI poderia iniciar os recolhimentos e que se OTÁVIO desejasse, faria ele próprio contato com o COLABORADOR; QUE os compromissos com o PT passaram a ser quitados, pelo que soube o COLABORADOR do próprio JOÃO VACCARI NETO; QUE ainda não havia definição sobre as pendências financeiras de DELFIM NETO; QUE a respeito de pagamentos para ANTONIO DELFIM NETO, esclarece o COLABORADOR que, após as reuniões com VACCARI e LULA em 2012, recebeu um nova visita de OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO, o qual se fazia acompanhado de JOSE CARLOS BUMLAI, na sede da empresa PROJETO; QUE, na reunião, OTÁVIO indagou ao COLABORADOR se havia necessidade de se pagar cerca de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões) a ANTONIO DELFIM NETO; QUE OTÁVIO informou que iria abater os pagamentos dos valores que eram devidos pelas empresas do consórcio construtor ao PT e ao PMDB, ou seja, seriam abatidos quinze milhões dos valores de cada agremiação; QUE OTÁVIO informava que só pagaria se os valores fossem devidos, até porque a participação de DELFIM NETO se deu pra formação de consórcio contrário aos interesses da própria ANDRADE GUTIERREZ; QUE o COLABORADOR efetivamente confirmou que ANTONIO DELFIM NETO havido atuado na formação do consórcio vencedor do leilão da USINA DE BELO MONTE; QUE o COLABORADOR acreditava que ANTONIO DELFIM NETO havia prestado trabalho técnico para as empresas que formavam aquele consórcio; QUE não julgava ilegal a participação de DELFIM NETO na formação do consórcio vencedor do leilão; QUE OTÁVIO informou que ANTONIO DELFIM NETO já era consultor da empresa e iria se acertar diretamente com ele para quitação daquela pendência; QUE se recorda que foi uma reunião longa e que dentre os assuntos tratados, considerando a formação médica do COLABORADOR, discutiu-se sobre o fato de que ambos tinham casos de diabéticos entre seus familiares; QUE a reunião marcou o COLABORADOR porque foi feita sem estar previamente agendada; QUE pela presença de BUMLAI na reunião, confirmava-se o que posteriormente LULA confidenciou ao COLABORADOR de que também BUMLAI pretendia receber parte dos 30 milhões; QUE os trabalhos de BUMLAI eram feitos, muitas das vezes, para a sustentação da família de LULA; QUE em várias oportunidades

8

A LCV.



BUMLAI solicitava ao COLABORADOR recursos para atender aos projetos dos filhos de LULA; QUE não achava adequado que BUMLAI desempenhasse atividade em prol de LULA, tendo inclusive exposto sua preocupação ao ex-Presidente; QUE soube posteriormente, por JOÃO VACCARI NETO em um novo encontro, dentre os muitos que tiveram, que havia sido autorizado pelo PT que se abatessem quinze milhões dos valores devidos ao PARTIDO para pagamentos devidos a ANTONIO DELFIM NETO; QUE o COLABORADOR soube posteriormente que dos trinta milhões devidos, apenas quinze milhões foram quitados; QUE, posteriormente, em conversa com DELFIM, este informou ao COLABORADOR que havia recebido cerca de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) pela sua atuação na obra da USINA DE BELO MONTE; QUE os valores, segundo DELFIM NETO, eram inferiores ao montante devido; QUE DELFIM NETO não solicitou nenhum auxílio ao COLABORADOR para o recebimento de novos valores; QUE confirma sua participação nos episódios, pois foi procurado pela ANDRADE GUTIERREZ para auxiliar na questão da UHE BELO MONTE enquanto coordenava a campanha presidencial de 2010; QUE confirma que não solicitou doações específicas para o PT pela obra da UHE BELO MONTE, confirmando, no entanto, que solicitou que os pagamentos desejados fossem feitos ao PMDB e seus representantes, mediante divisão do total de propina devido aos dois partidos; QUE o COLABORADOR esclarece que teve ciência dos relatos de colaboração premiada de OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO sobre o episódio, julgando-os um pouco imprecisos, até pelo decurso do tempo, porém genericamente verídicos; QUE acredita que as imprecisões se devem por problemas de memória de OTÁVIO AZEVEDO; QUE, independentemente disso, houve oferecimento de pagamentos de vantagens na ordem de 1% da obra da UHE BELO MONTE; QUE o COLABORADOR efetivamente aceitou as promessas; QUE, por exemplo, OTÁVIO procurou o COLABORADOR antes da licitação da concessão da UHE BELO MONTE, justamente para que o COLABORADOR interviesse em favor da empresa contra o consórcio alternativo que se formava; QUE é verídico que o COLABORADOR foi procurado por OTÁVIO também depois da licitação; QUE pelo que soube o efetivo pagamento pela ANDRADE pela obra da UHE BELO MONTE passou a



ocorrer a partir de 2012: QUE também é verdade que mesmo em 2010 a ANDRADE efetuou pagamentos ao PT, mas esses não foram feitos de maneira vinculativa à obra da UHE BELO MONTE; QUE a ANDRADE, por exemplo, durante a campanha de 2010 deu dinheiro ao PT por dentro, via doações oficiais, por fora, e por pagamentos a empresas como VOX POPULI; QUE se OTÁVIO atribui esses pagamentos a UHE BELO MONTE, não pode, especificamente quanto a isso, o COLABORADOR confirmar o discurso do presidente da ANDRADE GUTIERREZ; QUE, atendendo à cota ministerial do evento 90 (PET1), dos autos nº 50540081420154047000, no que diz respeito aos fatos narrados por OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO no seu Termo de Colaboração nº 01, o qual foi lido previamente, em sua integralidade, ao COLABORADOR, especificamente as condutas impostas a ANTONIO PALOCCI, respondeu que de fato tratou com OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO acerca de arrecadação de valores para campanha eleitoral de 2010 do PT; QUE a respeito da afirmação de que o COLABORADOR teria solicitado o pagamento de R\$ 6.000.000,00 à agência PEPPER. esclarece que o pedido específico provavelmente partiu de GILES DE AZEVEDO, tendo o COLABORADOR possivelmente recebido de OTÁVIO a informação a respeito do pagamento, já que o assunto integrava os temas tratados pelo COLABORADOR a respeito de pagamentos visando financiamento da campanha eleitoral; QUE o próprio OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO afirmou que as supostas conversas com o COLABORADOR sobre os pagamentos à PEPPER se davam no contexto das discussões de propina relativa a BELO MONTE, sendo correto afirmar que os assuntos PEPPER e BELO MONTE podem ter sido eventualmente tratados no mesmo momento; QUE o próprio OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO também relatou que GILES DE AZEVEDO era personagem que participou dos fatos relativos aos pagamentos para a agência PEPPER; QUE esclarece que tratava com OTÁVIO, nas reuniões, de todos os temas ilícitos; QUE nunca havia reunião específica e limitada a BELO MONTE, ou ao VOX POPULI, à PEPPER, ou à campanha de 2010; QUE todos os assuntos eram tratados conjuntamente; QUE afirmava a OTAVIO que pagar VOX POPULI efetivamente beneficiava o PT; QUE não entendia necessário pagamentos vinculados a BELO

-

11



MONTE, quando o tema era tratado no início de 2010; QUE não pode confirmar a versão de OTÁVIO caso ele próprio entendesse que os pagamentos que a ANDRADE já estava fazendo em 2010 se davam também a título de adiantamento de propina ao PT pela obra de UHE BELO MONTE; QUE isso é confirmado pelo fato de que o próprio JOÃO VACCARI, em 2010, indaga ao COLABORADOR por qual motivo não tinham sido recolhidos valores para o PT da obra da UHE BELO MONTE; QUE soube pelo meio político do PT que os compromissos com o PT por BELO MONTE não foram integralmente saldados em 2012, tendo sido efetuados pagamentos até a campanha de 2014; QUE, provavelmente ao final em 2013, reuniu-se com EMILIO ODEBRECHT e ALEXANDRINO ALENCAR na sede da PROJETO na Rua Ministro Rocha Azevedo; QUE EMILIO demonstrava preocupação com o relacionamento da empresa com LULA; QUE LULA e MARCELO ODEBRECHT tinham entraves no relacionamento de ambos; QUE se recorda que EMILIO informou que o COLABORADOR deveria procurar MARCELO ODEBRECHT a fim de tratar assuntos que envolvessem LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA; QUE, quando o COLABORADOR procura MARCELO BAHIA ODEBRECHT à pedido de EMÍLIO, recebe a informação deste de que seu pai havia destinado cerca de quinze milhões reais, em razão da participação da empresa em BELO MONTE, para LULA e para serem administrados pelo COLABORADOR; QUE o valor se referia ao valor devido pela ODEBRECHT pela obra de BELO MONTE ao PT; QUE, no mesmo contexto temporal, recorda-se que PAULO OKAMOTO havia solicitado ao COLABORADOR recursos para quitar algumas pendências do INSTITUTO LULA, lembrando-se que tinha pedido cerca de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões) para fechar algum orçamento; QUE PAULO também reitera pedido por valores periódicos em espécie, entre cem a duzentos mil reais, para saldar compromissos; QUE o pedido era antigo, datando de 2011; QUE PAULO OKAMOTO informara que não desejava formalizar todas as despesas do LULA, necessitando de recursos para saldar dívidas do INSTITUTO LULA, do próprio LULA e seus familiares; QUE combinou com MARCELO ODEBRECHT o acerto dos pedidos feitos por PAULO OKAMOTO; QUE como o COLABORADOR estava saindo em viagem ao exterior, combinou que BRANISLAV KONTIC trataria de operacionalizar os

TP (C



compromissos com a ODEBRECHT; QUE soube posteriormente que MARCELO ODEBRECHT pagou os 4 milhões por meio de doação ao INSTITUTO LULA; QUE provavelmente EMILIO ODEBRECHT e MARCELO ODEBRECHT trataram da origem dos compromissos que seriam saldados para efetuar os pagamentos para e no interesse de LULA; QUE MARCELO, e não EMILIO, é quem revelou ao COLABORADOR que os valores seriam devidos pela obra de BELO MONTE; QUE não sabe se MARCELO revelou isso em sua colaboração premiada, mas que, caso não o tenha feito, é provavelmente porque se esqueceu do diálogo mantido com o COLABORADOR; QUE era BRANISLAV KONTIC quem retirava os recursos na ODEBRECHT; QUE o próprio COLABORADOR confessa que também utilizou parte dos recursos em espécie para saldar alguns compromissos particulares; QUE desses valores o COLABORADOR recorda-se que utilizou valores em espécie para complementar por fora o salário de seu motorista; QUE depois de um tempo o salário registrado de seu motorista dobra de valor, sendo o momento em que o COLABORADOR para de utilizar os valores em espécie; QUE também se recorda que, dos recursos em espécie recebidos da ODEBRECHT e retirados por BRANISLAV KONTIC, levou em oportunidades diversas cerca de trinta, quarenta, cinquenta e oitenta mil reais em espécie para o próprio LULA; QUE esses valores eram demandados pelo próprio LULA com a orientação dada por ele de que não devia o COLABORADOR comentar os pedidos com PAULO OKAMOTO nem com ninguém; QUE o COLABORADOR sempre atendia aos pedidos de LULA; QUE, posteriormente, já no curso da OPERAÇÃO LAVAJATO, o próprio BRANISLAV informou ao COLABORADOR que recebia recursos em espécie da ODEBRECHT de FERNANDO MIGLIACCIO; QUE FERNANDO era vizinho de bairro de BRANISLAV KONTIC; QUE BRANISLAV assim agia a pedido do COLABORADOR; QUE os valores eram utilizados para pagamento de contas do INSTITUTO, de contas extras da entidade, contas do próprio COLABORADOR, de pedidos que o próprio LULA fazia, como em oportunidade que solicitou que efetuasse pagamentos na ordem de 30 mil reais em determinada conta; QUE não indagou a LULA o motivo dos depósitos solicitados; QUE acreditava que LULA pediu ao COLABORADOR cerca de oito a nove vezes valores em espécie; QUÉ em

13



média, os valores chegavam a 50 mil reais; QUE LULA pedia ao COLABORADOR que não informasse os pedidos a ninguém; QUE se recorda que levou valores a LULA em Brasília/DF; QUE levou valores em espécie a LULA em diversas vezes em São Paulo/SP; QUE já levou valores em espécie para LULA dentro da aeronave presidencial; QUE era apenas o COLABORADOR a levar pessoalmente recursos a LULA, entregues em suas mãos; QUE indagado se existem testemunhas dessas entregas, respondeu que em determinada oportunidade levou 50 mil reais em espécies a LULA no Terminal da Aeronáutica em Brasília/DF, durante a campanha de 2010, dentro de uma caixa de celular na frente do motorista do COLABORADOR, cujo nome era CLÁUDIO GOUVEIA; QUE, em São Paulo, recorda-se de episódio de quando levou dinheiro em espécie a LULA dentro de caixa de whisky até o Aeroporto de Congonhas, sendo que no caminho até o local recebeu constantes chamadas telefônicas de LULA cobrando a entrega, momentos que eram testemunhados pelo motorista CARLOS POCENTE, o qual, inclusive, teria brincado com o COLABORADOR perguntando se toda aquela cobrança de LULA se dava apenas por uma garrafa de whisky, sendo que o COLABORADOR respondeu ao motorista que era óbvio que a insistência de LULA não era por bebida, e sim pelo dinheiro; QUE o motorista afirmou ao COLABORADOR que estava brincando e que sabia que se tratava de dinheiro em espécie; QUE isso também ocorreu em 2010; QUE esses exemplos não estão vinculados às vantagens recebidas pela UHE BELO MONTE; QUE valores pagos a LULA nas circunstâncias das tratativas de propina pela obra da UHE BELO MONTE deram-se em forma de despesas pagas pela ANDRADE GUTIERREZ ao VOX POPULI e em benefício do ex-presidente, de realização de doações ao INSTITUTO e pagamentos de palestras a LULA, e, também, da destinação de 15 milhões, a pedido de EMILIO ODEBRECHT, e cuja operacionalização foi feita entre o COLABORADOR e MARCELO ODEBRECHT; QUE desses 15 milhões, soube que 4 milhões foram pagos em forma de doação oficial e o restante era sacado, em diversas oportunidades, por BRANISLAV; QUE pode inclusive relatar que BRANISLAV teve parte desses saques furtado de sua residência, hipótese em que registrou boletim de ocorrência junto as autoridades de São Paulo/SP, sem, no entanto, informar que havía

8

A LC L



altos valores em espécie em sua casa; QUE indagado se tem conhecimento do recebimento de recursos referentes a UHE BELO MONTE por outros personagens públicos, respondeu que ADHEMAR PALOCCI e VALTER CARDEAL eram técnicos diretamente envolvidos no processo da UHE BELO MONTE e, quanto a eles, apenas recebeu reclamações por parte dos empresários envolvidos; QUE, quanto a ERENICE GUERRA, não tem notícias de recebimento de recursos por UHE BELO MONTE enquanto ela esteve no Governo; QUE chegou a seu conhecimento, podendo ser por intermédio de diálogos com OTÁVIO AZEVEDO, que ERENICE GUERRA foi remunerada por sua atuação no processo da UHE BELO MONTE através de pagamentos da ANDRADE GUTIERREZ ao seu escritório de advocacia; QUE ERENICE não pediu ao COLABORADOR recursos por UHE BELO MONTE; QUE ERENICE deixou o governo por volta de agosto a outubro de 2010; QUE não sabe se os valores recebidos pela ANDRADE, por ERENICE, ocorreram logo após sua saída do governo; QUE não sabe dizer se FERNANDO HADDAD teve conhecimento do emprego de propinas da UHE BELO MONTE em sua campanha eleitoral municipal de 2012.

Nada mais foi tratado. Encerrado o presente termo que, lido e achado conforme, é assinado pelo Delegado de Polícia Federal proponente, pelo Escrivão de Polícia Federal, Agente de Polícia Federal testemunha e pelo colaborador, na presença de seus advogados.

DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL: ...

CILIDE DILLE DACE

COLABORADOR: ...

ANTONIO PALOCCI FILHO

15



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

POLÍCIA FEDERAL SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ DELEGACIA REGIONAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

OPERAÇÃO LAVAJATO ADVOGADO: TRACY JOSEPH REMALDET DOS SANTOS ADVOGADO: ADRIANO SÉRGIO NUNES BRETAS ADVOGADO: ANDRE LUIS PONTAROLLI ADVOGADO: MATTEUS BERESA DE PAULA MACEDO AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL: RODRIGO PRADO PEREIRA ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEDERAL: LEONARDO CARBONERA